



Investir na Juventude Africana

(baseado nas *Perspectivas Económicas em África 2008**)

por Lucia Wegner

- ◆ Os países africanos têm um elevado desemprego juvenil e carência de competências.
- ◆ Os sistemas de formação profissional em África têm escassez de recursos financeiros e uma gestão deficiente.
- ◆ As estratégias de desenvolvimento de competências devem ser integradas nas estratégias de redução de pobreza e centradas nos sectores com perspectivas promissoras de emprego.

Cerca de 133 milhões de jovens (metade da população jovem de África) são analfabetos. Muitos jovens têm poucas ou nenhuma competência. Na África Subsaariana, mais de vinte por cento dos jovens estão desempregados. Estes números contam a sua própria história: os jovens africanos necessitam de formação profissional

Maiores competências técnicas são cruciais para aumentar a competitividade, contribuir para a inclusão social, produzir melhores empregos e ajudar a reduzir a pobreza. A análise feita a 35 países nas *Perspectivas Económicas em África 2008*, no entanto, revela que os sistemas de desenvolvimento de competências e de formação profissional em África têm reduzidas equipas qualificadas, equipamentos obsoletos, programas mal adaptados e fracos laços com o mercado de trabalho. Poucos países dão prioridade ao desenvolvimento de competências no sector informal, o maior empregador e fonte de formação profissional em África¹.

As competências podem ser adquiridas tanto através de instituições estruturadas e especializadas como pela via da experiência prática em locais de trabalho, ou ambas – a chamada formação «dual». A aprendizagem tradicional no sector informal é predominante: o sector formal tem menos de 5 por cento de formandos. No Senegal, por exemplo, cerca de 400 mil jovens por ano estão em aprendizagem, e apenas 7 mil obtêm a graduação nos centros formais de formação profissional; e no Ghana, cerca de 80 por cento dos jovens que desenvolvem competências fazem-no pelo sistema de aprendizagem.

1. O sector informal emprega 95% dos trabalhadores no Benin, 90% nos Camarões, na Etiópia e no Senegal e 31% na África do Sul.

Os sistemas de formação técnica e profissional em África são afectados, simultaneamente, pela falta de recursos (somente 2 a 6 por cento dos orçamentos para a educação) e pelas mudanças nas prioridades internacionais. Os doadores não têm sido aliados muito seguros da formação. Em 1990, na conferência Educação para todos, em Jomtien, e na Cimeira do Milénio, em 2000, a educação básica tornou-se prioritária. Como resultado, a formação técnica e profissional baixou na escala de prioridades. Agora, as escolas secundárias e técnicas em Moçambique e na África do sul, por exemplo, debatem-se com o problema da absorção dos jovens das escolas primárias.

Esta cada vez mais desastrosa situação acabou por trazer a formação de volta à agenda internacional. Como resposta, muitos países africanos estão a fazer progressos na reforma dos seus sistemas de formação – que tendem a ter mais sucesso quando existe uma visão clara sobre os objectivos que se pretendem alcançar. Para que tenham o máximo efeito, as estratégias de formação devem, particularmente, estar plenamente integradas nos planos de redução da pobreza e centradas nos sectores com mais perspectivas de emprego.

Os programas devem ser flexíveis e com capacidade de resposta às necessidades do mercado de trabalho, como acontece na Etiópia, na África do Sul e em Moçambique, onde existe uma selecção específica das deficiências de competências. Devem ser supervisionados por entidades independentes, como a Autoridade para a Formação Técnica, Profissional e de Empreendedorismo, da Zâmbia, ou a Autoridade para a Formação do Botsuana, e devem ser seguidas e avaliadas em termos de relevância e impacto no mercado de trabalho.

As parcerias com empresas, sindicatos e ONG podem ajudar a valorizar a relevância da formação no mercado de trabalho. As escolas de formação profissional na Etiópia, por exemplo, incentivam a participação dos sectores não-públicos na gestão das escolas, o que pode igualmente funcionar como um incentivo para fontes privadas de financiamento. Em Marrocos e na Etiópia, há incentivos fiscais para encorajar as empresas a promover a formação no local de trabalho.

Ter em consideração o sector informal é essencial. A aprendizagem tradicional de competências do sector informal deve ser incluída nas reformas dos sistemas de formação técnica e profissional, como é o caso dos artesãos no Uganda, no Níger e no Mali. A certificação de competências adquiridas através da aprendizagem tradicional, como o Certificado de Competências Profissionais, do Benin, também estabelece laços concretos com as necessidades do sector informal.

Para avaliar os resultados destas medidas, os observatórios do mercado de trabalho no Benin e no Ruanda não só seguem as alterações no mercado de trabalho como registam as carreiras de jovens formados, para averiguar

se encontram, ou não, emprego. A generalização deste tipo de observatórios em todos os países africanos seria um desenvolvimento positivo e significativo.

Esquemas já existentes, ou inovadores, orientados para o emprego podem funcionar como apoio e complemento à formação. A iniciativa Mulheres Africanas nos Negócios (AWIB) do BAD e o Enquadramento das Mulheres Empresárias para o Crescimento (GOWE) da OIT/ /BAD, nos Camarões, na Etiópia, no Quénia e no Uganda são exemplos, mas há ainda muito espaço para o surgimento de novas iniciativas.

Os países africanos estão a diversificar as fontes de financiamento para o desenvolvimento de competências e há uma cada vez maior competição entre fornecedores de formação públicos e privados. O Estado, porém, continua a ser o garante da formação para os mais pobres, os desfavorecidos e os vulneráveis. O desafio é desenvolver um quadro integrado de financiamento que garanta o equilíbrio das contribuições do governo, das comunidades locais, das indústrias e dos beneficiários da formação.

O potencial de emprego dos jovens africanos depende destas medidas.

* O relatório Perspectivas Económicas da África é publicado pelo Banco Africano de Desenvolvimento e o Centro de Desenvolvimento da OCDE com a UNECA, com a ajuda financeira da Comissão Europeia. A edição Portuguesa deste relatório e as publicações anexas em língua Portuguesa são apoiadas pela Delegação Portuguesa na OCDE.

Os leitores estão convidados a reproduzir nos seus próprios meios a informação e as ideias contidas nas Percepções do Centro de Desenvolvimento. Em contrapartida, o Centro requer um exemplar de cada republicação e que seja feita uma citação da fonte original nesta republicação. A coleção Percepções ("Policy Insights" em Inglês e Repères" em Francês, as duas línguas oficiais da OCDE) está disponível em sua integralidade no site do Centro de Desenvolvimento onde o leitor pode encontrar também informação mais completa das suas actividades: www.oecd.org/dev.

